



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 10**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08/05/2012**  
(Contém folhas)

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>		

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 08/05/2012**

**ATA Nº 10**

----- Aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves e João dos Santos Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida, o Executivo deliberou por unanimidade considerar justificada a falta de comparência do Sr. Vereador Gonçalo Barateiro Diogo, por motivos de ordem familiar urgentes e inadiáveis. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 24 de abril de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

**1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, o Fim-de-Semana dos Funcionários da Câmara Municipal, que se vem realizando de há alguns anos a esta parte, terá lugar nos dias 23 e 24 de Junho do corrente ano, pelo que desde já convida os Senhores Vereadores a participar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Que, foi presente, da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, uma Listagem onde consta o prazo médio de pagamento registado por municípios em Dezembro de 2011, na qual o Município de Pampilhosa da Serra é colocado em 3º lugar “ex aequo”, num universo comparável de 308 municípios, o que nos congratula e apraz registar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Que, no dia 17 de Maio, pelas 15 horas, vai decorrer no auditório do Edifício Monsenhor Nunes Pereira uma sessão de apresentação do estudo “A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento – uma perspetiva para o Pinhal Interior Norte”, promovida pela CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no qual estarão representados todos os Municípios da Zona Centro, e que o seu Presidente, Dr. Norberto Pires fez questão que se realizasse em Pampilhosa da Serra. Seguir-se-á uma visita ao Villa Pampilhosa Hotel.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 1.2 – Cáritas Diocesana de Coimbra

##### - Resultado do peditório da Cáritas

----- Foi presente uma carta da Cáritas Diocesana de Coimbra, a agradecer a autorização concedida para a realização do Peditório Público efetuado nos dias 8, 9, 10 e 11 de Março, e a comunicar que a receita angariada com o referido Peditório na diocese de Coimbra foi de 4.441,70 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

#### 2.1.1 - 3ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012

----- Foi presente a 3ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012, a débito e a crédito, no valor de 130.000,00 €. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Após análise dos documentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.2 – Clube “Cremalheiras Empenados”**

- IV Passeio BTT do Concelho de Pampilhosa da Serra “Rota do Lagar”
- Pedido de Apoio

----- Foi presente uma carta do Clube BTT “ Os Cremalheiras Empenados” de Pampilhosa da Serra, a comunicar que no próximo dia 29 de Maio do corrente ano, vão realizar mais um passeio BTT no concelho, o 4º, denominado “Rota do Lagar”, que terá partida e regresso à Vila de Pampilhosa da Serra com passagem mais acentuada pela freguesia de Pessegueiro. -----

----- Pelo exposto e à semelhança dos anos anteriores, vêm solicitar apoio financeiro da Autarquia, dado que o real custo da organização do evento é bastante superior ao valor da participação dos participantes. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de 1.200 € para a realização do referido evento, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar, designando o Dr. António Mendes Garcia Barata, Técnico da Autarquia, para proceder à elaboração do Relatório de Execução do respetivo Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **2.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS**

### **2.2.1 – Associação dos Escoteiros de Portugal**

- Pedido de cedência de infraestruturas

----- Foi presente uma carta da Associação dos Escoteiros de Portugal, datada de 20/04/2012, do seguinte teor: -----

----- “ A Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) é uma associação juvenil de utilidade





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*pública, sem fins lucrativos, de caráter educativo, de livre adesão e de âmbito nacional, tendo por finalidade contribuir para a educação integral dos jovens, ajudando-os a desenvolver as suas capacidades e a desempenhar um papel construtivo na sociedade, assente numa cidadania participativa, responsável e tolerante e no respeito pelo ambiente. A AEP atenta à sua missão, promove ações de caráter educativo e sociocultural, nomeadamente atividades que desenvolvam a cidadania ativa, o contacto com a Natureza, o voluntariado, a adoção de estilos de vida saudável e a promoção da cultura. -----*

*----- Para a realização das suas atividades a AEP está à procura de espaços onde possa criar centros de atividades permanentes. Pretende-se através destes centros potenciar oportunidades para a realização de atividades que permitam aos participantes desenvolver competências e descobrir os valores naturais e culturais da região. Estes centros destinam-se a todos os nossos Grupos de jovens mas também aos provenientes de outras associações nacionais e internacionais, prevendo-se que após a sua plena implementação recebam mais de 300 jovens por ano, de diferentes pontos do país e da Europa. -----*

*----- Após uma visita ao local constatamos que a antiga escola de Fajão, que agora se encontra desativada, reúne boas condições para a criação nesse local de um Centro de Atividades Escotistas. Considerando o cariz social da nossa associação e as vantagens de divulgação que um projeto desta índole certamente poderá trazer para o Concelho, vimos por este meio solicitar a Vossa Excelência a apreciação da hipótese de cedência do referido espaço à nossa Associação, para o fim acima referido. -----*

*----- Na expectativa de uma boa receção da nossa solicitação e agradecendo a atenção dispensada (...)” -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ceder as instalações da antiga escola de Fajão à Associação dos Escoteiros de Portugal, mediante Protocolo, no qual deve constar: -----*

*----- Que, foi realizado o levantamento das obras necessárias ao fim pretendido e que Junta de Freguesia de Fajão manifestou a sua disponibilidade para, em conjunto e a meias com a Câmara Municipal, pagarem as referidas obras. -----*

*----- Que, o Protocolo de cedência da antiga escola será por um período de 10 (dez) anos. -----*

*----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **2.2.2 – Pedido de renovação do contrato de concessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto à albufeira da barragem de Santa Luzia**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando o teor do e-mail, subscrito subscrito e enviado pela gerência da sociedade Grau5 – Turismo e Aventura, Ld<sup>ª</sup>, em 30/04/2012, onde é solicitada a renovação, por mais 1 ano, da concessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto à albufeira da barragem de Santa Luzia, cumpre informar: -----

----- O contrato que titula a concessão de exploração do Centro Náutico, em questão, celebrado em 30/06/2008, dispõe na sua Cláusula Quarta que: -----

----- “A concessão de exploração do Centro Náutico tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feita pelo período de dois anos. O presente contrato renovar-se-á a requerimento do SEGUNDO CONTRAENTE, com uma antecedência mínima de dois meses relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação e com o acordo co PRIMEIRO CONTRAENTE, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de cinco anos, se qualquer das Contraentes não o denunciar nos termos previstos na Cláusula subsequente.” -----

-----Assim, verifica-se que o prazo, estipulado contratualmente, para requerer a renovação do contrato foi cumprido; tendo, por outro lado, sido confirmado que as apólices referentes aos seguros, a que alude a cláusula décima do contrato em questão, estão válidas até ao dia 03/07/2012 (conforme anexo); razões pelas quais parecem estar reunidos os requisitos para a Câmara Municipal, querendo, anuir na renovação do contrato em questão, por mais um ano.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade renovar o contrato em questão, por mais um ano.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **2.2.3 – Legalização do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 785, da freguesia de Unhais-o-Velho, sito me Seladinhas, anteriormente afeto a habitação da professora primária**

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Considerando ser desígnio do Município de Pampilhosa da Serra proceder à recuperação/reabilitação de alguns imóveis, anteriormente afetos à educação, para a prossecução das atribuições e competências que lhe são cometidas por Lei; -----

----- Tendo em conta que o prédio, anteriormente afeto à habitação da professora da escola primária de Seladinhas, não se encontra registado a favor do Município, considera-se oportuno promover a legalização daquele prédio urbano, o qual se encontra inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo nº 785, da freguesia de Unhais-o-Velho. -----

----- Tal prédio veio à posse deste Município (ainda como rústico), por volta do ano de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

1940, (não se sabendo precisar o dia e mês, desconhecendo-se também a respetiva inscrição matricial) através de uma doação meramente verbal feita pelos senhores Manuel Daniel, que também usava e era conhecido por Manuel Daniel Júnior e mulher; Amélia Dias Gaspar, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, ambos falecidos, residentes que foram no lugar de Seladinhas, freguesia de Unhais-o-Velho, Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e atento o facto de o prédio urbano em questão, supra identificado com o artigo matricial nº 785 da freguesia de Unhais-o-Velho, já estar na posse do Município há mais de vinte anos tendo, consequentemente, o Município adquirido, por usucapião, o direito de propriedade sobre o mesmo, importará celebrar a competente escritura de justificação notarial, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para assinar a respetiva escritura e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conferir poderes ao Senhor Presidente para assinar a respetiva escritura e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.4 - Reclamação de Rui Miguel Pinheiro Granja**

##### **- Acidente de viação - Danos**

##### **- Informação do Sr. Consultor Jurídico**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, na sequência do acidente de viação em epígrafe, foi presente uma Informação do Sr. Consultor Jurídico do seguinte teor: -----

----- “ Com data de 2 de Setembro de 2011, em comunicação endereçada ao Sr. Presidente, o reclamante deu conta de um acidente de viação em que interveio num passeio de moto com amigos, que ocorreu na EM 343, cruzamento para o Soeirinho, na freguesia de Pampilhosa da Serra, no dia 27/08/2011, pelas 17h30.-----

----- Descreveu as circunstâncias que determinaram a derrapagem da moto e as causas dessa derrapagem.-----

----- Imputa o acidente a existência, no pavimento da curva onde o mesmo ocorreu, de “pó de pedra negro”, sem qualquer sinalização de perigo, vindo a saber mais tarde, que tal tratamento se ficou a dever ao derrame de gasóleo ocorrido no local no dia 17/08/2011, provocado por um camião cisterna.-----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Refere ter sido projetado em consequência do despiste, bem como um filho menor, que consigo seguia na moto tendo ambos sofrido escoriações que foram objeto de tratamento no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra e na Lousã. Alude ainda a danos significativos na moto, que embateu na valeta/barreira.-----

----- Solicitou o ressarcimento dos danos não patrimoniais e materiais sofridos em consequência do acidente.-----

----- Através de ofício datado de 25/10/2011, subscrito pelo Sr. Presidente, o reclamante foi informado que se iria proceder à averiguação completa e exaustiva de todos os factos constantes da sua exposição, por forma a encontrar-se a solução adequada ao caso.-----

----- O reclamante, em missiva datada de 11/11/2011 veio juntar ao processo administrativo um conjunto de fotos captadas no dia do acidente, tendentes ao esclarecimento da situação.-----

----- Consta do processo uma notícia referindo o despiste de um camião cisterna no dia 17/08/2011 na EM 343, em Soeirinho, que terá derramado mais de mil litros de combustível sobre a via.-----

----- Em 2/11/2011 foi junto ao processo administrativo uma informação da Técnica Superior Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eugénia Pereira, dando nota dos dados recolhidos das consultas feitas na G.N.R à participação do acidente registado naquele Posto sob o n<sup>o</sup> 23/11.-----

----- De acordo com a participação o lesado descreveu o acidente referindo expressamente que "ao finalizar a curva do cruzamento do Soeirinho, no sentido Fajão EN 112, na EN 343, derrapei na gravilha existente no pavimento, que causou danos na moto e algumas escoriações nos passageiros da mesma".-----

----- Na participação é referido que no local havia vestígios de derrapagem, estando o tempo bom, confirmando-se que o acidente se deu na curva e constando de um despiste.-----

----- A participação é omissa quanto à existência de gravilha ou pó de pedra no piso.-----

----- Foi solicitado ao Instituto de Meteorologia um relatório relativo à precipitação ocorrida no concelho de Pampilhosa da Serra entre 18 e 27 de Agosto de 2011.-----

----- O Instituto em resposta à pretensão da Câmara Municipal emitiu certidão com um gráfico da precipitação ocorrida entre o dia 18 e o dia 27 de Agosto de 2011.-----

----- Pela análise do gráfico, constata-se que nos dias 18, 19, 22, 24, 25 e 27 não houve qualquer quantidade de precipitação.-----

----- Nos restantes dias só no dia 21 é que se registou uma precipitação mais significativa de 8.0 milímetros, tendo ocorrido aguaceiros, com a intensidade máxima de precipitação de 3 a 4 milímetros em 10 minutos.-----

----- Por ofício datado de 31/10/2011 subscrito pelo Sr. Vice-Presidente foi solicitado ao Sr. Comandante dos Bombeiros informação concreta sobre o acidente, estado do piso da via, estado do tempo, etc.-----

----- Em 29/11/2011, foi dada resposta a solicitação do Município, informando-se do derrame do combustível na via e das medidas de remoção e segurança da viatura tomadas pelos bombeiros, bem como da limpeza da via com espumífero.-----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais se refere, que por se tratar de um combustível bastante gorduroso, o qual leva bastantes dias a ser absorvido pelo pavimento, foi solicitado ao Município um material (pó de pedra) para ser espalhado na maior mancha afim de absorver grande parte do combustível, que não se desencrostou da via com a lavagem.-----

----- Com data de 22/12/2011, a Câmara Municipal através de ofício subscrito pelo Sr. Presidente solicita-se informação sobre o estado da via no dia do acidente em que interveio o reclamante.-----

----- Na resposta é referido ter havido lapso por parte do participante que não mencionou as condições de aderência da via, verificando-se assim a existência da omissão da indicação de areia na via.-----

----- Encontra-se junto ao processo administrativo a participação do acidente e um Aditamento à participação.

----- Em 18/01/2012 foi pedido ao reclamante a discriminação de todos os prejuízos sofridos em consequência do acidente.-----

----- Por carta datada de 18/01/2012 e rececionada na Câmara Municipal em 02/02/2012, enviou o reclamante o orçamento relativo à reparação da moto, cópia dos medicamentos receitas, dos curativos, da fatura do blusão danificado, do arranjo do display do telemóvel e ainda 1 CD com as fotos do dia do acidente, bem como do estado em que ficou a moto.-----

----- Mais informa que no dia do acidente era a primeira vez que passava no local, porquanto o passeio começou na Lousã, em direção à Pampilhosa da Serra, rumando à Barragem de Santa Luzia pelo Armadouro e com regresso à Lousã pela via onde ocorreu o acidente.-----

----- Da Análise de todos os factos constantes do processo é lícito concluir o seguinte: -----

1. O acidente ocorreu no dia 27/08/2011 pelas 17h30, numa curva do cruzamento do Soeirinho, no sentido Fajão – EN 112, na EM 343, no qual interveio o Reclamante que tripulava um motociclo.-----
2. A estrada no local apresentava segundo o Auto da GNR (Aditamento) vestígios de areia, e de material (pó de pedra) colocado aquando da limpeza da via por parte dos Bombeiros no dia 17 de Agosto em virtude do derrame de grande quantidade de gasóleo, na via, em consequência de um acidente com um camião cisterna.-----
3. Não havia sinalização de perigo a anteceder a curva ou anunciar a existência do material espalhado na via para absorver o combustível que não se desencrostou da via com lavagem dos Bombeiros e da precipitação entretanto verificada. -----
4. De acordo com a informação do Instituto de Meteorologia, a quantidade de precipitação ocorrida entre os dias 18 e 27 de Agosto de 2011 não foi significativa.-----
5. O acidente deixou vestígios no local que se traduziram em marcas de derrapagem feitas pelo motociclo.-----
6. As fotografias e CD juntos aos autos evidenciam a existência de manchas de material não absorvido integralmente pelo pavimento.-----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

7. Do acidente resultaram danos físicos no tripulante e ocupante do motociclo, que se traduziram em escoriações, que demandaram tratamentos médicos e medicamentosos. -----
8. Em consequência do acidente resultaram danos no motociclo discriminados no orçamento e comprovados pelas fotografias juntas ao processo administrativo. -----

#### Do Direito: -----

----- O caso em análise integra uma situação de responsabilidade civil extracontratual por factos omissivos, cujo regime jurídico se encontra plasmado nos artigos 483 e segs. Do C. Civl.-----

----- Por isso, importa, antes de mais, verificar se estão reunidos os pressupostos exigidos no citado normativo, sem os quais não poderá haver lugar ao direito de indemnização peticionada pelo Reclamante. -----

----- Dispõe o referido normativo legal que aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação.-----

----- São, assim, pressupostos necessários à existência de responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos, também denominada “aquiliana”, a verificação de um facto voluntário, a ilicitude, a imputação do facto ao lesante, a culpa o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano.-----

----- Elemento básico da responsabilidade é o facto praticado pelo agente, um comportamento ou uma forma de conduta humana, objetivamente dominável ou controlável pela vontade, que tanto pode ter conteúdo positivo, consistindo numa ação, como conteúdo negativo, traduzindo-se numa omissão.-----

----- Por outro lado, para que o facto seja ilícito é necessário que ele seja contrário à ordem jurídica, ou seja, que se verifique uma desconformidade entre a conduta devida e o comportamento praticado. A ilicitude é assim a reprovação da conduta do agente no plano geral e abstrato da lei – antes da culpa que se reporta já a um concreto comportamento – e pode traduzir-se na violação de um direito subjetivo de outrem – ou seja, de direitos absolutos oponíveis erga omnes, aos quais corresponde um dever geral de sujeição, como é o caso dos direitos reais, de personalidade, etc. – ou na infração de uma disposição legal que protege interesses alheios – tratando-se aqui de leis que embora protejam interesses particulares, não conferem aos seus titulares um direito subjetivo propriamente dito, impedindo-os pois de deles disporem livremente. Nestes casos, a existência de responsabilidade pressupõe que à lesão dos interesses dos particulares corresponda a violação de uma norma legal, que a tutela dos interesses particulares figure entre os fins de proteção da norma e ainda que o dano se tenha registado no círculo de interesses privados que a lei visa proteger. -----

----- O nosso ordenamento jurídico autonomiza estes dois tipos de dano, em função da sua natureza económica, e sujeitando a sua ressarcibilidade a diferentes regras e princípios. Alude-se ao dano patrimonial ou material para abranger os prejuízos que, sendo suscetíveis de avaliação pecuniária, podem ser reparados ou indemnizados, senão diretamente (por meio de equivalente ou indemnização pecuniária). Por sua vez, ao lado destes danos pecuniariamente avaliáveis, reconhecem-se os danos morais ou não patrimoniais – como as dores físicas, os desgostos, os vexames, os complexos de ordem estética, etc. – que atingindo bens exteriores ao património do





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*lesado, apenas podem ser compensados com a obrigação pecuniária imposta ao agente, a qual será mais uma satisfação do que uma indemnização. (Cfr.in ob. Cit., pág. 600).-----*

*----- Com efeito, relativamente à obrigação de indemnizar o lesado pelos danos patrimoniais sofridos, dispõe o artigo 562º do Código Civil que quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação, estabelecendo-se no artigo 566º do mesmo texto legal que, não sendo possível a reconstituição natural, a indemnização é fixada em dinheiro e corresponde à diferença entre a situação patrimonial do lesado, na data mais recente a que puder ser atendida pelo tribunal, e a que teria nessa data se não existissem danos. Mas se, ainda assim, não for possível apurar o valor exato dos danos, o caminho a percorrer terá de assentar em critérios da equidade, conforme prescreve o artigo 566º n.º 3 do Código Civil. -----*

*----- Já a indemnização dos danos não patrimoniais encontra-se regulada no artigo 496º do Código Civil, devendo aquela ser fixada equitativamente, tendo em conta os critérios estabelecidos no artigo 494º, designadamente o grau de culpabilidade do agente, a situação económica do demandante e do demandando, bem como as demais circunstâncias do caso que possam contribuir para uma solução justa e equilibrada do litígio.-----*

*----- Analisando a matéria de facto constante do processo administrativo, resulta desse elenco de factos que o reclamante, quando conduzia o seu ciclomotor no cruzamento do Soeirinho, entrou em despiste numa curva, onde existiam vestígios de material (pó de pedra) colocado no pavimento da via quando da sua limpeza, em consequência do derrame de grande quantidade de gasóleo no dia 17/08.-----*

*----- Do despiste resultaram danos significativos no ciclomotor e danos físicos no condutor e acompanhante. Os danos no veículo estão documentados no processo, através de orçamento e reportagem fotográfica.-----*

*----- A entidade gestora da via pública onde ocorreu o acidente é a Câmara Municipal, porquanto trata-se de uma estrada municipal.-----*

*----- Não foi colocada sinalização antes da curva em questão, após o derrame do gasóleo, a sinalizar perigo para o trânsito ou a dar qualquer indicação útil acerca do estado da via, de forma que os utentes pudessem tomar as precauções necessárias para evitar acidentes.-----*

*----- Resulta da informação do Instituto de Meteorologia que a quantidade de precipitação ocorrida entre a data do derrame do gasóleo na via e a data do acidente não foi muito significativa.-*

*----- Apenas num desses dias houve maior precipitação 8.0 com aguaceiros com intensidade máxima de 3 a 4 milímetros em 10 minutos.-----*

*----- Na nossa ótica tal quantidade de precipitação foi insuficiente para limpar completamente a via.-----*

*----- Aliás, a reportagem fotográfica junta aos autos pelo reclamante e reportado ao dia do acidente, deixa perceber que a via apresentava manchas dos vestígios do material aplicado após o derrame do gasóleo. -----*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Determina o nº 1 do artigo 5º do Código da Estrada que “nos locais que possam oferecer perigo para o trânsito ou em que este deva estar sujeito a restrições e ainda quando seja necessário dar indicações úteis, devem ser utilizados os respetivos sinais de trânsito”.-----

----- De acordo com o artigo 6º do D.Lei nº 44/2005 de 23/02 a sinalização das vias públicas compete à entidade gestora da via.-----

----- No caso em apreço, estamos em presença de uma via municipal cuja gestão pertence à Câmara Municipal.-----

----- No nosso ponto de vista, parece-nos haver uma omissão por parte dos Serviços Municipais.

----- Logo que tomaram conhecimento da ocorrência do acidente verificado no dia 17/08/2011, com o camião cisterna que derramou grande quantidade de gasóleo sobre a via, e após as medidas adotadas, havia a obrigação de sinalizar imediatamente o material colocado na estrada e o consequente perigo daí resultante para os utentes da via.-----

----- É certo que não se registaram mais acidentes no local.-----

----- Mas esse facto, de per si, não afasta o nexo de causalidade entre o estado da via não sinalizado e o acidente verificado com o reclamante.-----

----- Por uma questão de segurança total deveria ter havido a sinalização e ter-se mantido enquanto houvesse o mínimo perigo de acidente na referida curva.-----

----- Poderia questionar-se se o acidente em causa apenas se ficou a dever ao estado da via, ou também a falta de cautela por parte do condutor do ciclomotor. É admissível que para a eclosão do sinistro pudessem concorrer essas duas circunstâncias.-----

----- A estrada no local apesar de larga apresenta uma curva algo fechada, o que obriga qualquer condutor a circular a velocidade mais reduzida e com as necessárias cautelas. Tudo leva a crer que o reclamante não se fez rodear de todas as cautelas.-----

----- Por isso. Essa omissão terá concorrido também para o desencadear do acidente.-----

----- A existência de material espalhado na estrada para absorver gasóleo ali derramado não sinalizado como perigo para os utentes, constitui também fator de perturbação do controlo de um ciclomotor que circula sem se aperceber à distância de tal perigo.-----

----- Não se demonstram outras circunstâncias que possam ter contribuído para a ocorrência do acidente.-----

----- Por exclusão de partes, terá que concluir-se que a derrapagem e despiste do ciclomotor ficou a dever-se à falta de sinalização do perigo, que o material espalhado na estrada podia constituir e também a alguma imprevidência do reclamante que tratando-se de uma curva algo fechada e ainda por cima fazendo-se acompanhar de um passageiro (filho), deveria circular com redobradas cautelas.-----

----- A culpa traduz-se num juízo de censura ético-jurídica sobre a conduta do agente, manifestada na imputação psicológica do facto à sua vontade, e pode revestir duas formas distintas: o dolo, modalidade mais grave da culpa, em que se verifica uma estreita identificação entre o facto e a vontade do agente, e a negligência que consiste na omissão do cuidado ou diligência exigível ao agente. O dolo pode assumir diferentes níveis de intensidade consoante o grau de vontade que o agente dirige à prática do facto, existindo dolo direto quando o agente





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*representa o resultado da sua conduta e o quer como fim da sua atuação; necessário, quando o agente não quer diretamente o facto ilícito mas prevê-o como consequência inevitável da sua conduta e ainda assim decide agir; ou eventual, quando o agente prevê a produção do facto ilícito como efeito possível da sua ação e age conformando-se com a sua verificação. A negligência, por seu lado, pode ser consciente, se, ao omitir o cuidado devido, o agente previr a possibilidade de produção do facto ilícito ou inconsciente, quando o agente não chega sequer a conceber como possível a verificação de tal facto.*-----

----- No caso concreto estamos na presença de negligência dos Serviços Municipais em concorrência com a negligência e imprevidência do reclamante.-----

----- Nos termos do disposto no artigo 487º nº 2 do Código Civil, a culpa é apreciada objetivamente, em função de um padrão ideal de comportamento ficcionado pela lei – o critério de diligência do bônus pater famílias – que corresponde à conduta que um homem medianamente sensato e prudente adotaria se estivesse colocado diante das circunstâncias do caso concreto. Agir com culpa significa, assim, atuar em termos de a conduta do agente merecer a reprovação ou censura do direito. E a conduta do lesante é reprovável quando, pela sua capacidade e em face das circunstâncias concretas da situação, se concluir que ele podia e devia ter agido de outro modo. (Cfr. Antunes Varela, in “Das Obrigações em Geral”, vol. I, página 562).-----

----- O dano, por seu lado, consiste num prejuízo ou sacrifício causado nos interesses juridicamente tutelados de terceiros, os quais podem revestir natureza patrimonial ou não patrimonial, consoante sejam ou não suscetíveis de avaliação pecuniária.-----

----- No caso, estão a ser reclamados apenas danos patrimoniais.-----

----- Não existem elementos que possam pôr em causa o valor dos prejuízos documentados.-----

----- ASSIM SENDO-----

----- E sem necessidade de mais considerandos, somos de parecer que a culpa do acidente se deve repartir em partes iguais, pela falta de sinalização do perigo que o material espalhado podia constituir e pela imprevidência e ação negligente do reclamante.-----

----- Assim sendo, o Município deve assumir 50% do valor dos danos reclamados, devendo o reclamante suportar igual parte no valor global em causa. O Consultor Jurídico – Pedro Pereira Alves.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade assumir 50% do valor dos danos reclamados, devendo o reclamante suportar igual parte no valor global em causa.-----

----- Valor global: 3.669,86 € ; Valor que cabe a cada uma das partes: 1.834,93 €.

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA**

##### **2.3.1 - Clube BTT - Os Cremalheiras Empenados** **- Pedido de Isenção de Taxas**

----- Foi presente um requerimento do Clube BTT - Os Cremalheiras Empenados, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, respeitante ao licenciamento do IV Passeio BTT "Rota do Lagar", a realizar no dia 20 de Maio de 2012. -----

----- Face ao exposto e de acordo os artigos 8º e 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### **2.3.2 - Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra** **- Pedido de Isenção de Taxas**

----- Foi presente um requerimento do Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, respeitante ao licenciamento do Festival de Folclore a realizar no dia 20 de Maio do corrente ano, na Praça do Regionalismo. -----

----- Face ao exposto e de acordo os artigos 8º e 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

##### **3.1 - TURISMO**

**3.1.1 - Protocolo de Parceria entre a Lago Queiroz Unipessoal, Lda (Ultra Spirit), e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra para a organização do evento GRANFONDO SKY ROAD ALDEIAS DO XISTO**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Protocolo supra mencionado, cujo teor foi dado a conhecer pelo Sr. Presidente ao restante Executivo e que, em síntese, tem por objetivo o seguinte:-----

----- Conceito: O Granfondo SKY ROAD Aldeias do Xisto é uma prova de bicicleta de estrada, vocacionada para praticantes amadores de ciclismo. É uma prova de resistência, dada a sua distância (aproximadamente 150 km) e o seu desnível acumulado (aproximadamente 3.500 m), simulando uma etapa de montanha de uma qualquer volta ciclista (Tour de France, Vuelta a España ou Volta a Portugal). A base destes eventos do tipo "Granfondo", que a ULTRA-SPIRIT sports pretende trazer para Portugal é a de proporcionar aos atletas amadores a experiência de participar num grande evento desportivo e viver as sensações de uma grande etapa de montanha em ciclismo. Dada a grande popularidade destes eventos noutros países e o vazio que existe de provas desta tipologia em Portugal, apesar do crescente número de praticantes de ciclismo no nosso país, perspetiva-se para o Granfondo SKY ROAD Aldeias do Xisto uma grande adesão logo desde a sua primeira edição. -----

----- Escala Territorial - Este evento, dada a extensão do seu percurso, percorre estradas pertencentes a cinco concelhos (Lousã, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra), tirando partido das ótimas condições existentes neste território para um evento desta natureza (estradas com bom piso, excelente enquadramento paisagístico e escasso trânsito automóvel;-----

----- Cronograma do evento: de Março a Outubro de 2012, tendo sido designados os dias 12 e 13 de Outubro para início e termo da prova (ambos no centro da Lousã); -----

----- O plano de promoção e exposição; -----

----- Os Parceiros: ADXTUR (Associação de Desenvolvimento das Aldeias do Xisto; Entidade Regional de Turismo do Centro; Federação Portuguesa de Ciclismo; Federação de Triatlo de Portugal; Câmara Municipal da Lousã; Câmara Municipal de Góis; Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; Câmara Municipal de Pedrógão Grande; Câmara Municipal de Castanheira de Pêra; Trek - Bicimax; Hotel Meliá Palácio da Lousã; BMW (Bomcar); Efapel; Montanha Clube da Lousã; Jornal O JOGO; Ciclismo a Fundo. -----

----- No Protocolo de Parceria estão discriminados o apoio logístico disponibilizado pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e as contrapartidas dadas pela organização. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do seu teor e após análise, deliberou por unanimidade celebrar o Protocolo de Parceria em apreço. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

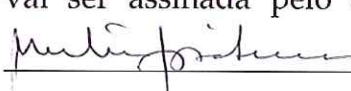
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do


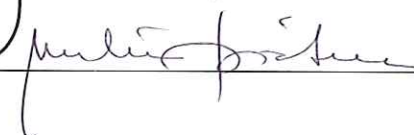


**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, , que a subscrevi. -----

  
-----  
  
-----